

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS E AÇÕES PREFERENCIAIS DA
EBE - EMPRESA BANDEIRANTE DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, **EBE - EMPRESA BANDEIRANTE DE ENERGIA S.A.**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, 530, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 02.302.100/0001-06, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores Srs. Otávio Carneiro de Rezende e Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe, ambos com escritório à Rua Bandeira Paulista, 530, eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de outubro de 1998 (a "EMISSORA") e, como Agente Fiduciário da presente emissão e nela Interviente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da 2ª Emissão (os "Debenturistas" ou, individualmente, o "Debenturista"), e **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 50.657.675-0001/86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o "AGENTE FIDUCIÁRIO"), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias e Ações Preferenciais da EBE - Empresa Bandeirante de Energia S.A. (a "Escritura", a "2ª Emissão" e as "Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada de acordo com autorização da Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 17.11.1999 (a "AGE"), cuja ata foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil, em 18 de novembro de 1999, tendo sido a respectiva Certidão de Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a "JUCESP") publicada em 23 de novembro de 1999.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

As Debêntures serão registradas na Comissão de Valores Mobiliários (doravante designada simplesmente "CVM"), na forma das Leis nº 6.385/76 e 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da AGE que deliberou sobre a Emissão das Debêntures foi arquivada na JUCESP, tendo sido a certidão de registro publicada em 23 de novembro de 1999, e publicada em 18 de novembro de 1999 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta Mercantil", nos termos da Lei nº 6.404/76.

2.3. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

2.4. Da Delegação ao Conselho de Administração

A AGE da EMISSORA que deliberou sobre a Emissão das Debêntures autorizou o Conselho de Administração da EMISSORA a proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. Colocação

O lançamento das Debêntures será público, mediante colocação no mercado de balcão não organizado, com a interveniência de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores contratados para realizar a distribuição das Debêntures, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos, observado o disposto no item 4.8 abaixo.



3.2. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a "ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

3.3. Séries

A 2ª Emissão será realizada em uma única série.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data da Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01.11.1999 (a "Data de Emissão").

4.2. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 280.000 (duzentas e oitenta mil) Debêntures.

4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

4.4. Valor Total

O valor total das Debêntures na Data de Emissão é de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais).



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

3 *Handwritten signature*

4.5. Vencimento

O prazo das Debêntures é de 03 anos, vencendo-se, portanto, em 01.11.2002 (a "Data de Vencimento"), ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo seu valor nominal atualizado, acrescido dos juros devidos na forma estabelecida nesta Escritura.

4.6. Forma

As Debêntures serão nominativas e escriturais. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Administrativo Cidade de Deus, localizado na Vila Yara, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob nº 60.746.948/0001-12 (o "AGENTE ESCRITURADOR") prestará os serviços de escrituração das Debêntures.

4.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante sobre o valor total dos ativos da EMISSORA, sendo cada Debênture conversível, simultaneamente, em 40.407 (quarenta mil, quatrocentas e sete) ações ordinárias e 61.115 (sessenta e uma mil, cento e quinze) ações preferenciais de emissão da EMISSORA.

4.8. Direito de Preferência

Os acionistas, na forma do disposto no artigo 7º do estatuto social da EMISSORA, não terão direito de preferência para subscrever as Debêntures, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404/76, podendo, todavia, cada acionista titular de 131.953 (cento e trinta e uma mil, novecentas e cinquenta e três) ações de emissão da EMISSORA, de qualquer espécie ou classe, na data da realização da AGE, habilitar-se para a subscrição de uma Debênture durante o prazo de prioridade de 5 (cinco) dias úteis, que será contado a partir da data da publicação do segundo Anúncio de Início de Distribuição Pública das Debêntures.

4.9. Amortização

O pagamento relativo ao valor principal das Debêntures não será amortizado, devendo ser realizado integralmente na Data de Vencimento.



4.10. Conversibilidade das Debêntures

4.10.1. Cada Debênture poderá ser convertida, simultaneamente, em 40.407 (quarenta mil, quatrocentas e sete) ações ordinárias de emissão da EMISSORA e 61.115 (sessenta e uma mil, cento e quinze) ações preferenciais de emissão da EMISSORA, resultando em um preço de R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos) por lote de 1.000 (mil) ações ordinárias e em um preço de R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos) por lote de 1.000 (mil) ações preferenciais na Data de Emissão.

4.10.2. O preço de conversão das Debêntures, e, portanto, o preço de subscrição das ações ordinárias e das ações preferenciais nas quais as Debêntures poderão ser convertidas, foi fixado de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 6.404/76 e no Parecer de Orientação da CVM nº 1/78, tomando por base a média ponderada das cotações das ações preferenciais de emissão da EMISSORA verificadas na Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos 61 pregões em que ocorreram negociações com as ações preferenciais de emissão da EMISSORA, anteriores à Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 04.11.1999, que deliberou sobre a convocação da AGE. Ao preço obtido de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos) aplicou-se um ágio de 7% (sete por cento), que leva em consideração: (a) a conjuntura instável do mercado de ações; (b) a liquidez das ações preferenciais e a baixa liquidez das ações ordinárias de emissão da EMISSORA; e, (c) o fato de que nos últimos 61 pregões em que ocorreram negociações com as ações preferenciais de emissão da EMISSORA, anteriores à Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 04.11.1999, que deliberou sobre a convocação da AGE, verificou-se que o maior preço médio diário das ações preferenciais nesse período apresentou um ágio de 11% (onze por cento) sobre o preço de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos), e o menor preço médio diário das ações preferenciais nesse período apresentou um deságio de 4% (quatro por cento) sobre o preço de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos).

4.10.3. A quantidade de ações ordinárias e ações preferenciais decorrentes da conversão de cada Debênture será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações, a qualquer título, ocorridos a partir da Data da Emissão, sem qualquer ônus para os Debenturistas e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

4.10.4. As ações ordinárias e ações preferenciais resultantes da conversão das Debêntures terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens atualmente



atribuídos às respectivas espécies de ações pelo estatuto social da EMISSORA e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA a partir da data de conversão, inclusive. As ações ordinárias e ações preferenciais produto da conversão das Debêntures terão direito a dividendos proporcionais ao período decorrido entre a data de conversão e o término do exercício social em que ocorrer a conversão.

4.10.5. Os Debenturistas poderão optar pela conversão das Debêntures a qualquer tempo, a partir de 01.11.2000, exceto nos dias de realização de Assembléia Geral dos Acionistas da EMISSORA, e deverão manifestar sua intenção por meio de solicitação de conversão a ser elaborada (i) em formulário próprio que estará disponível nas agências do Banco Bradesco S.A. (o "BANCO MANDATÁRIO"), cujos endereços constarão do Anúncio de Início de Distribuição das Debêntures ou (ii) mediante solicitação direta à CETIP.

4.10.6. Para todos os efeitos legais, a data da conversão será a data do recebimento, pela EMISSORA, através do BANCO MANDATÁRIO ou da CETIP, da solicitação referida em 4.10.5 supra.

4.10.7. Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMISSORA, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, serão homologados bimestralmente e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo no prazo de 30 (trinta dias) da sua efetivação.

4.11. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao seu valor nominal atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o "IGP-M"), acrescido de uma taxa de juros de 8% ao ano (*spread*), ambos calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, de acordo com os termos do item 4.13 abaixo.

4.12. Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.



4.13. Remuneração

4.13.1. As Debêntures serão remuneradas anualmente com base na variação do IGP-M, acrescida de uma taxa de juros, a ser definida nos termos desta Escritura, devendo ser observada a seguinte sistemática:

a) O montante correspondente à parcela do IGP-M será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures, no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures e apurado com base na sua variação acumulada a partir da Data de Emissão.

a.1) Na hipótese de atraso na divulgação do IGP-M, ou ainda, na hipótese de a subscrição ou o vencimento antecipado das Debêntures ocorrerem em datas intermediárias, assim entendidas aquelas que não coincidam com o primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures, será utilizado o último IGP-M disponível, calculado *pro rata temporis*, sendo certo que, quando da divulgação do IGP-M correspondente ao mês em que ocorreram os eventos supra mencionados, a diferença será objeto de ajuste junto aos mesmos, devendo seu pagamento, quando aplicável, ocorrer até o terceiro dia útil do mês subsequente.

a.2) Na hipótese de extinção do referido índice pela superveniência de normas legais ou regulamentares, adotar-se-á, em seu lugar, o índice determinado por lei ou, na sua ausência, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o "IGP-DI"), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (o "INPC"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IBGE"), nesta ordem. Na ausência de qualquer desses índices, será adotado um índice substitutivo, eleito de comum acordo entre os Debenturistas e a EMISSORA, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda nacional, observadas as exigências constantes da Decisão Conjunta Banco Central - CVM nº 7/99.

b) A taxa de juros incidirá sobre o valor nominal unitário das Debêntures, atualizado nos termos mencionados acima, nas datas de vencimento dos juros definidas na alínea "e" abaixo, ou nas datas de vencimento ou liquidação da obrigação considerando, para o cálculo diário de juros, o número de dias corridos entre a data do último evento financeiro e as datas de vencimento de juros abaixo definidas. Entende-se por evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do valor nominal unitário das Debêntures.



2

7

c) O montante referido na alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures, será exigível nas datas de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme item 4.21. desta Cláusula Quarta.

d) A EMISSORA pagará *pro rata temporis* os juros estabelecidos nesse item 4.13., devidos até o dia do efetivo pagamento nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões das Debêntures em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da EMISSORA; (ii) aquisições facultativas das Debêntures pela EMISSORA, conforme item 4.15 abaixo; e (iii) vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento dos juros devidos nos termos da presente alínea, deverá ser realizado até o 5º dia útil subsequente aos eventos ora elencados, atualizado pelo IGP-M.

e) Os juros remuneratórios anuais serão devidos nas seguintes datas (as "Datas de Vencimento dos Juros"):

<u>Parcelas</u>	<u>Data de Vencimento da Parcela</u>
1ª Parcela	01.11.2000
2ª Parcela	01.11.2001
3ª Parcela	01.11.2002

f) Para o pagamento a ser realizado em 01.11.2000, os juros serão calculados à base de 8% (oito por cento) ao ano sobre o valor nominal das Debêntures, corrigido pela variação do IGP-M. Para os demais pagamentos, a taxa de juros a ser utilizada será definida pelo Conselho de Administração da EMISSORA, nos termos do item 4.14. abaixo.

g) Para os pagamentos realizados fora das Datas de Vencimentos dos Juros, seja devido à conversão, seja por resgate antecipado ou qualquer outro motivo, os juros serão calculados à base de 8% (oito por cento) ao ano sobre o valor nominal das Debêntures corrigido pela variação do IGP-M, ambos calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou do último pagamento dos juros, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento.

4.14. Repactuação

4.14.1. O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias das Datas de Vencimento de Juros relativas a 1ª e 2ª parcelas, a nova taxa de juros a ser acrescida da variação do IGP-M, relativa a



2ª e 3ª parcelas (a "Nova Taxa"). A deliberação a ser tomada antes da Data de Vencimento de Juros da 1ª parcela dos juros remuneratórios estabelecerá a Nova Taxa correspondente à 2ª parcela e a deliberação a ser tomada antes da Data de Vencimento de Juros da 2ª parcela dos juros remuneratórios estabelecerá a Nova Taxa correspondente à 3ª parcela.

4.14.2. A Nova Taxa fixada em Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA será comunicada aos Debenturistas por aviso publicado na forma do item 4.19 desta Cláusula Quarta, sendo que será concedido o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do aviso referido acima, para os Debenturistas que não aceitarem a Nova Taxa manifestarem a sua opção no sentido de requerer a aquisição, pela EMISSORA, das Debêntures de que forem titulares.

4.14.3. A EMISSORA obriga-se a adquirir dos Debenturistas que não aceitarem a Nova Taxa, em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da manifestação referida em 4.14.2 supra, as Debêntures de que forem titulares, pelo seu valor nominal, acrescido da variação do IGP-M e dos juros devidos nos termos do item 4.13. acima.

4.14.4. As Debêntures adquiridas na forma deste item 4.14. poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros.

4.15. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, após decorridos 120 (cento e vinte) dias das Data de Emissão, adquirir no mercado as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros na forma do item 4.13, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.16. Resgate Antecipado

4.16.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, após decorridos 120 (cento e vinte) dias da Data de Emissão, promover, a qualquer tempo, o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do valor nominal atualizado das Debêntures, acrescido do valor da remuneração estabelecida no item 4.13, calculados *pro rata temporis*.



4.16.2. Neste caso, a EMISSORA deverá publicar aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo o último realizado mediante sorteio.

4.17. Juros Moratórios

Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.21 desta Cláusula Quarta, caso a EMISSORA deixe de efetuar o pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures na data devida, a EMISSORA deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago, além dos juros remuneratórios, juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, calculados desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.19. Publicidade

— Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 2ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" em pelo menos um dos jornais utilizados pela EMISSORA para efetuar as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 e pela legislação da CVM, quais sejam, o Diário Oficial do Estado de São Paulo e a Gazeta Mercantil.

4.20. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela CETIP ou por intermédio de instituição financeira contratada pela EMISSORA ou, ainda, caso o Debenturista não participe do sistema CETIP, na sede da EMISSORA.



4.21. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das Debêntures em circulação, atualizado *pro rata temporis* até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o disposto no item 4.13, acrescido de juros, na ocorrência de:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;

(c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;

(d) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura que não seja por ela sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e

(e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplemento contratual desta, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento pela EMISSORA das obrigações previstas nesta Escritura.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

b) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;



c) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;

d) relatório bimestral, a partir da data referida no item 4.10.5 da Cláusula Quarta desta Escritura, informando a quantidade de Debêntures convertidas em ações ordinárias e ações preferenciais, nos termos desta Escritura e a data da conversão; e,

e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.19. da Cláusula Quarta.

5.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.3. Manter sempre atualizado o seu registro de EMISSORA aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

5.4. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.5. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 2ª Emissão, a SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado na presente Escritura, neste ato, declara:

a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

b) aceitar integralmente os termos desta Escritura, bem como todas suas cláusulas e condições;

c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que ora lhe é conferida; e

d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura:

a) parcelas semestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) devida no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da assinatura desta Escritura, e as demais devidas no dia 1º (primeiro) dos meses de junho e dezembro de cada ano.

b) as remunerações previstas na alínea "a" do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento;

d) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas na forma da Cláusula Sétima abaixo;

e) o AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA ou ainda em qualquer documento ou registro que, devido a evidências razoáveis, considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões; e



2

f) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que tenham por finalidade mudar o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, possam vir a ter algum reflexo na emissão das Debêntures, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.19. da Cláusula Quarta;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar o relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;



m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura; e

m.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da EMISSORA;

n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

n.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.19. da Cláusula Quarta desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;



2

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;

s) elaborar o relatório previsto no item 6.5., letra m, desta cláusula, obedecendo os mesmos locais para disponibilização aos Debenturistas, descritos no item "n" acima.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no item 9.4 da Cláusula Nona desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, conforme o previsto no item 4.21. da Cláusula Quarta, retro, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;

b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,

c) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" do item 6.5 acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere à ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 4.21. da Cláusula Quarta, retro.

6.6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 6.5 desta cláusula, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do item 6.5. desta cláusula.

6.6.3. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar,



em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrado a Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Cláusula Sétima - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas razoáveis nas quais o mesmo tiver incorrido para (i) cumprir suas funções e seus deveres de agente fiduciário; (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, e/ou (iii) para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

7.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) despesas com extração de certidões;

(c) despesas com locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,

(d) despesas com eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.1.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 7.1, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Cláusula Oitava - DA RENÚNCIA

8.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba



aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

9.4. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das Debêntures.

9.6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

9.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Dez - DA DIVISÃO

10.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,



comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze - DO FORO

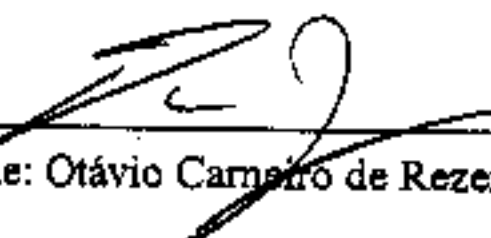
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.


São Paulo, 29 de novembro de 1999

EMISSORA:

EBE - EMPRESA BANDEIRANTE DE ENERGIA S.A.

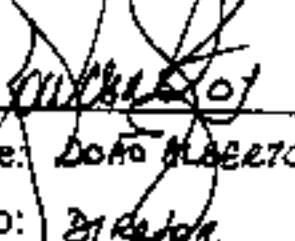
1. 
Nome: Otávio Carneiro de Rezende

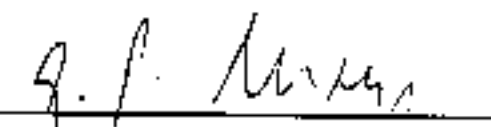
Cargo: Diretor

2. 
Nome: Joaquim Armando Ferreira da Silva
Filipe
Cargo: Diretor

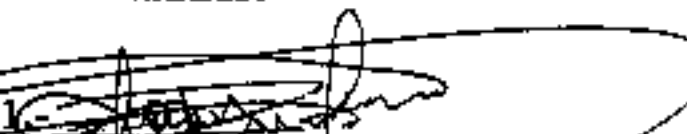
AGENTE FIDUCIÁRIO:

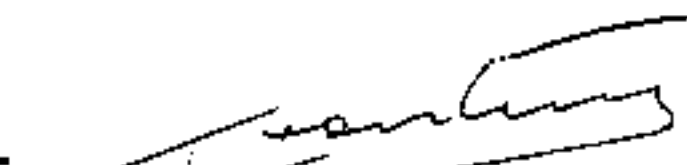
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

1. 
Nome: Roberto Lopes
Cargo: Diretor

2. 
Nome: GEORGE PEDRO MEYER
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

1. 
Nome: Antonio Carlos Bueno Junior
RG: 18315688-0

2. 
Nome: FRANCISCO ANTONIO FONTENELE
RG: 8.178.794-7

